



SANTO ANDRÉ-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ - SÃO PAULO

Agente de Atividades Escolares

CONCURSO PÚBLICO
N.º 01/2023

CÓD: SL-001AB-23
7908433233794

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	7
2. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras	9
3. Pontuação	9
4. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem	12
5. Concordância verbal e nominal	20
6. Regência verbal e nominal	21
7. Colocação pronominal	24
8. Crase	25

Matemática

1. Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal; Mínimo múltiplo comum; Máximo divisor comum . . .	33
2. Porcentagem	39
3. Razão e proporção; Regra de três simples ou composta	40
4. Equações do 1.º ou do 2.º graus; Sistema de equações do 1.º grau	42
5. Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa	46
6. Relação entre grandezas – tabela ou gráfico	51
7. Tratamento da informação – média aritmética simples	54
8. Noções de Geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, Teoremas de Pitágoras ou de Tales	56

Noções de Informática

1. MS-Windows 10: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2016.	67
2. MS-Word 2016: Estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.	77
3. MS-Excel 2016: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados.	84
4. MS-PowerPoint 2016: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides.	91
5. Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.	96
6. Internet: navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.	99

Conhecimentos Específicos Agente de Atividades Escolares

1. Orientação à movimentação dos alunos.	107
2. Orientação à manutenção da ordem e da observância das normas da escola e de trânsito.	108
3. Segurança no Trânsito.	108
4. Código de Trânsito Brasileiro: Capítulo XIII – Da Condução de Escolares.	114
5. Atendimento a alunos em caso de necessidade.	115
6. Noções de primeiros socorros.	116
7. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e com colegas de trabalho.	123
8. Relações interpessoais.....	127
9. Ética no serviço público.	127
10. Conhecimentos básicos da relação entre educação, escola e sociedade:	130
11. Educação inclusiva e compromisso ético e social do educador.	142
12. Conhecimentos básicos sobre deficiências e a atuação adequada com a criança deficiente;	154
13. Recepção a alunos portadores de necessidades educacionais especiais, auxílio no transporte dos materiais e objetos pessoais.	160
14. A escola inclusiva (ROPOLI, Edilene Aparecida. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. MEC. SEESP. UFCE, 2010. Parte I).	162
15. Valorização das diferenças individuais, de gênero, étnicas e socioculturais e o combate à desigualdade.	172
16. Combate ao bullying (Lei nº 13.185/2015 – Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática).	183
17. A mediação na promoção da autonomia dos educandos, do reconhecimento e do respeito entre eles.	183
18. Constituição Federal/88: artigos 205 a 214; artigo 227.	187
19. Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente: 15 a 18- A, 53 a 59.	191
20. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional: artigos 1º, 2º e 3º; 8º ao 14; 21 e 22; 29 a 34.....	195
21. Resolução CNE/CEB 04/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: CNE, 2010, artigos 3º ao 6º; 8º ao 11.	198

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Deteção de características e pormenores que identifiquem o texto dentro de um estilo de época

Principais características do texto literário

Há diferença do texto literário em relação ao texto referencial, sobretudo, por sua carga estética. Esse tipo de texto exerce uma linguagem ficcional, além de fazer referência à função poética da linguagem.

Uma constante discussão sobre a função e a estrutura do texto literário existe, e também sobre a dificuldade de se entenderem os enigmas, as ambiguidades, as metáforas da literatura. São esses elementos que constituem o atrativo do texto literário: a escrita diferenciada, o trabalho com a palavra, seu aspecto conotativo, seus enigmas.

A literatura apresenta-se como o instrumento artístico de análise de mundo e de compreensão do homem. Cada época conceituou a literatura e suas funções de acordo com a realidade, o contexto histórico e cultural e, os anseios dos indivíduos daquele momento.

Ficcionalidade: os textos baseiam-se no real, transfigurando-o, recriando-o.

Aspecto subjetivo: o texto apresenta o olhar pessoal do artista, suas experiências e emoções.

Ênfase na função poética da linguagem: o texto literário manipula a palavra, revestindo-a de caráter artístico.

Plurissignificação: as palavras, no texto literário, assumem vários significados.

Principais características do texto não literário

Apresenta peculiaridades em relação a linguagem literária, entre elas o emprego de uma linguagem convencional e denotativa.

Ela tem como função informar de maneira clara e sucinta, desconsiderando aspectos estilísticos próprios da linguagem literária.

Os diversos textos podem ser classificados de acordo com a linguagem utilizada. A linguagem de um texto está condicionada à sua funcionalidade. Quando pensamos nos diversos tipos e gêneros textuais, devemos pensar também na linguagem adequada a ser adotada em cada um deles. Para isso existem a linguagem literária e a linguagem não literária.

Diferente do que ocorre com os textos literários, nos quais há uma preocupação com o objeto linguístico e também com o estilo, os textos não literários apresentam características bem delimitadas para que possam cumprir sua principal missão, que é, na maioria das vezes, a de informar. Quando pensamos em informação, alguns elementos devem ser elencados, como a objetividade, a transparência e o compromisso com uma linguagem não literária, afastando assim possíveis equívocos na interpretação de um texto.

SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS. SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS

Visão Geral: o significado das palavras é objeto de estudo da semântica, a área da gramática que se dedica ao sentido das palavras e também às relações de sentido estabelecidas entre elas.

Denotação e conotação

Denotação corresponde ao sentido literal e objetivo das palavras, enquanto a conotação diz respeito ao sentido figurado das palavras. Exemplos:

“O gato é um animal doméstico.”

“Meu vizinho é um gato.”

No primeiro exemplo, a palavra gato foi usada no seu verdadeiro sentido, indicando uma espécie real de animal. Na segunda frase, a palavra gato faz referência ao aspecto físico do vizinho, uma forma de dizer que ele é tão bonito quanto o bichano.

Hiperonímia e hiponímia

Dizem respeito à hierarquia de significado. Um hiperônimo, palavra superior com um sentido mais abrangente, engloba um hipônimo, palavra inferior com sentido mais restrito.

Exemplos:

– Hiperônimo: mamífero: – hipônimos: cavalo, baleia.

– Hiperônimo: jogo – hipônimos: xadrez, baralho.

Polissemia e monosssemia

A polissemia diz respeito ao potencial de uma palavra apresentar uma multiplicidade de significados, de acordo com o contexto em que ocorre. A monosssemia indica que determinadas palavras apresentam apenas um significado. Exemplos:

– “Língua”, é uma palavra polissêmica, pois pode por um idioma ou um órgão do corpo, dependendo do contexto em que é inserida.

– A palavra “decalitro” significa medida de dez litros, e não tem outro significado, por isso é uma palavra monossêmica.

Sinonímia e antonímia

A sinonímia diz respeito à capacidade das palavras serem semelhantes em significado. Já antonímia se refere aos significados opostos. Desse modo, por meio dessas duas relações, as palavras expressam proximidade e contrariedade.

Exemplos de palavras sinônimas: morrer = falecer; rápido = veloz.

Exemplos de palavras antônimas: morrer x nascer; pontual x atrasado.

Homonímia e paronímia

A homonímia diz respeito à propriedade das palavras apresentarem: semelhanças sonoras e gráficas, mas distinção de sentido (palavras homônimas), semelhanças homófonas, mas distinção gráfica e de sentido (palavras homógrafas) semelhanças gráficas, mas distinção sonora e de sentido (palavras homógrafas). A paronímia se refere a palavras que são escritas e pronunciadas de forma parecida, mas que apresentam significados diferentes. Veja os exemplos:

– Palavras homônimas: caminho (itinerário) e caminho (verbo caminhar); morro (monte) e morro (verbo morrer).

– Palavras homófonas: apressar (tornar mais rápido) e apreçar (definir o preço); arrochar (apertar com força) e arroxar (tornar roxo).

– Palavras homógrafas: apoio (suporte) e apoiar (verbo apoiar); boto (golfinho) e boto (verbo botar); choro (pranto) e choro (verbo chorar).

– Palavras parônimas: apóstrofe (figura de linguagem) e apóstrofo (sinal gráfico), comprimento (tamanho) e cumprimento (saudação).

PONTUAÇÃO**— Visão Geral**

O sistema de pontuação consiste em um grupo de sinais gráficos que, em um período sintático, têm a função primordial de indicar um nível maior ou menor de coesão entre estruturas e, ocasionalmente, manifestar as propriedades da fala (prosódias) em um discurso redigido. Na escrita, esses sinais substituem os gestos e as expressões faciais que, na linguagem falada, auxiliam a compreensão da frase.

O emprego da pontuação tem as seguintes finalidades:

– Garantir a clareza, a coerência e a coesão interna dos diversos tipos textuais;

– Garantir os efeitos de sentido dos enunciados;

– Demarcar das unidades de um texto;

– Sinalizar os limites das estruturas sintáticas.

— Sinais de pontuação que auxiliam na elaboração de um enunciado**Vírgula**

De modo geral, sua utilidade é marcar uma pausa do enunciado para indicar que os termos por ela isolados, embora compartilhem da mesma frase ou período, não compõem unidade sintática. Mas, se, ao contrário, houver relação sintática entre os termos, estes não devem ser isolados pela vírgula. Isto quer dizer que, ao mesmo tempo que existem situações em que a vírgula é obrigatória, em outras, ela é vetada. Confira os casos em que a vírgula **deve** ser empregada:

• No interior da sentença

1 – Para separar elementos de uma enumeração e repetição:

ENUMERAÇÃO
Adicione leite, farinha, açúcar, ovos, óleo e chocolate.
Paguei as contas de água, luz, telefone e gás.

REPETIÇÃO
Os arranjos estão lindos, lindos!
Sua atitude foi, muito, muito, muito indelicada.

2 – Isolar o *vocativo*

“Crianças, venham almoçar!”

“Quando será a prova, professora?”

Conjunto dos Números Reais (R)

O conjunto dos números reais é representado pelo R e é formado pela junção do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Não esqueça que o conjunto dos racionais é a união dos conjuntos naturais e inteiros. Podemos dizer que entre dois números reais existem infinitos números.

Entre os conjuntos números reais, temos:

$R^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x \neq 0\}$: conjunto dos números reais não-nulos.

$R^+ = \{x \in \mathbb{R} \mid x \geq 0\}$: conjunto dos números reais não-negativos.

$R^{*+} = \{x \in \mathbb{R} \mid x > 0\}$: conjunto dos números reais positivos.

$R^- = \{x \in \mathbb{R} \mid x \leq 0\}$: conjunto dos números reais não-positivos.

$R^{*-} = \{x \in \mathbb{R} \mid x < 0\}$: conjunto dos números reais negativos.

— Múltiplos e Divisores

Os conceitos de múltiplos e divisores de um número natural estendem-se para o conjunto dos números inteiros². Quando tratamos do assunto múltiplos e divisores, referimo-nos a conjuntos numéricos que satisfazem algumas condições. Os múltiplos são encontrados após a multiplicação por números inteiros, e os divisores são números divisíveis por um certo número.

Devido a isso, encontraremos subconjuntos dos números inteiros, pois os elementos dos conjuntos dos múltiplos e divisores são elementos do conjunto dos números inteiros. Para entender o que são números primos, é necessário compreender o conceito de divisores.

Múltiplos de um Número

Sejam a e b dois números inteiros conhecidos, o número a é múltiplo de b se, e somente se, existir um número inteiro k tal que $a = b \cdot k$. Desse modo, o conjunto dos múltiplos de a é obtido multiplicando a por todos os números inteiros, os resultados dessas multiplicações são os múltiplos de a.

Por exemplo, listemos os 12 primeiros múltiplos de 2. Para isso temos que multiplicar o número 2 pelos 12 primeiros números inteiros, assim:

$$\begin{aligned} 2 \cdot 1 &= 2 \\ 2 \cdot 2 &= 4 \\ 2 \cdot 3 &= 6 \\ 2 \cdot 4 &= 8 \\ 2 \cdot 5 &= 10 \\ 2 \cdot 6 &= 12 \\ 2 \cdot 7 &= 14 \\ 2 \cdot 8 &= 16 \\ 2 \cdot 9 &= 18 \\ 2 \cdot 10 &= 20 \\ 2 \cdot 11 &= 22 \\ 2 \cdot 12 &= 24 \end{aligned}$$

Portanto, os múltiplos de 2 são:

$$M(2) = \{2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24\}$$

Observe que listamos somente os 12 primeiros números, mas poderíamos ter listado quantos fossem necessários, pois a lista de múltiplos é dada pela multiplicação de um número por todos os inteiros. Assim, o conjunto dos múltiplos é infinito.

Para verificar se um número é ou não múltiplo de outro, devemos encontrar um número inteiro de forma que a multiplicação entre eles resulte no primeiro número. Veja os exemplos:

– O número 49 é múltiplo de 7, pois existe número inteiro que, multiplicado por 7, resulta em 49.

$$49 = 7 \cdot 7$$

– O número 324 é múltiplo de 3, pois existe número inteiro que, multiplicado por 3, resulta em 324.

$$324 = 3 \cdot 108$$

– O número 523 não é múltiplo de 2, pois não existe número inteiro que, multiplicado por 2, resulte em 523.

$$523 = 2 \cdot ?$$

• Múltiplos de 4

Como vimos, para determinar os múltiplos do número 4, devemos multiplicar o número 4 por números inteiros. Assim:

$$\begin{aligned} 4 \cdot 1 &= 4 \\ 4 \cdot 2 &= 8 \\ 4 \cdot 3 &= 12 \\ 4 \cdot 4 &= 16 \\ 4 \cdot 5 &= 20 \\ 4 \cdot 6 &= 24 \\ 4 \cdot 7 &= 28 \\ 4 \cdot 8 &= 32 \\ 4 \cdot 9 &= 36 \\ 4 \cdot 10 &= 40 \\ 4 \cdot 11 &= 44 \\ 4 \cdot 12 &= 48 \end{aligned}$$

...

Portanto, os múltiplos de 4 são:

$$M(4) = \{4, 8, 12, 16, 20, 24, 28, 32, 36, 40, 44, 48, \dots\}$$

Divisores de um Número

Sejam a e b dois números inteiros conhecidos, vamos dizer que b é divisor de a se o número b for múltiplo de a, ou seja, a divisão entre b e a é exata (deve deixar resto 0).

Veja alguns exemplos:

– 22 é múltiplo de 2, então, 2 é divisor de 22.

– 63 é múltiplo de 3, logo, 3 é divisor de 63.

– 121 não é múltiplo de 10, assim, 10 não é divisor de 121.

Para listar os divisores de um número, devemos buscar os números que o dividem. Veja:

– Liste os divisores de 2, 3 e 20.

$$D(2) = \{1, 2\}$$

$$D(3) = \{1, 3\}$$

$$D(20) = \{1, 2, 4, 5, 10, 20\}$$

Observe que os números da lista dos divisores sempre são divisíveis pelo número em questão e que o maior valor que aparece nessa lista é o próprio número, pois nenhum número maior que ele será divisível por ele.

Por exemplo, nos divisores de 30, o maior valor dessa lista é o próprio 30, pois nenhum número maior que 30 será divisível por ele. Assim:

$$D(30) = \{1, 2, 3, 5, 6, 10, 15, 30\}.$$

² <https://brasilecola.uol.com.br/matematica/multiplos-divisores.htm>

Propriedade dos Múltiplos e Divisores

Essas propriedades estão relacionadas à divisão entre dois inteiros. Observe que quando um inteiro é múltiplo de outro, é também divisível por esse outro número.

Considere o algoritmo da divisão para que possamos melhor compreender as propriedades.

$$N = d \cdot q + r, \text{ em que } q \text{ e } r \text{ são números inteiros.}$$

Lembre-se de que:

- N: dividendo;
- d, divisor;
- q: quociente;
- r: resto.

– Propriedade 1: A diferença entre o dividendo e o resto ($N - r$) é múltipla do divisor, ou o número d é divisor de $(N - r)$.

– Propriedade 2: $(N - r + d)$ é um múltiplo de d , ou seja, o número d é um divisor de $(N - r + d)$.

Veja o exemplo:

Ao realizar a divisão de 525 por 8, obtemos quociente $q = 65$ e resto $r = 5$.

Assim, temos o dividendo $N = 525$ e o divisor $d = 8$. Veja que as propriedades são satisfeitas, pois $(525 - 5 + 8) = 528$ é divisível por 8 e:

$$528 = 8 \cdot 66$$

— Números Primos

Os números primos são aqueles que apresentam apenas dois divisores: um e o próprio número³. Eles fazem parte do conjunto dos números naturais.

Por exemplo, 2 é um número primo, pois só é divisível por um e ele mesmo.

Quando um número apresenta mais de dois divisores eles são chamados de números compostos e podem ser escritos como um produto de números primos.

Por exemplo, 6 não é um número primo, é um número composto, já que tem mais de dois divisores (1, 2 e 3) e é escrito como produto de dois números primos $2 \times 3 = 6$.

Algumas considerações sobre os números primos:

- O número 1 não é um número primo, pois só é divisível por ele mesmo;
- O número 2 é o menor número primo e, também, o único que é par;
- O número 5 é o único número primo terminado em 5;
- Os demais números primos são ímpares e terminam com os algarismos 1, 3, 7 e 9.

Uma maneira de reconhecer um número primo é realizando divisões com o número investigado. Para facilitar o processo, veja alguns critérios de divisibilidade:

- Divisibilidade por 2: todo número cujo algarismo da unidade é par é divisível por 2;
- Divisibilidade por 3: um número é divisível por 3 se a soma dos seus algarismos é um número divisível por 3;
- Divisibilidade por 5: um número será divisível por 5 quando o algarismo da unidade for igual a 0 ou 5.

Se o número não for divisível por 2, 3 e 5 continuamos as divisões com os próximos números primos menores que o número até que:

³ <https://www.todamateria.com.br/o-que-sao-numeros-primos/>

– Se for uma divisão exata (resto igual a zero) então o número não é primo.

– Se for uma divisão não exata (resto diferente de zero) e o quociente for menor que o divisor, então o número é primo.

– Se for uma divisão não exata (resto diferente de zero) e o quociente for igual ao divisor, então o número é primo.

Exemplo: verificar se o número 113 é primo.

Sobre o número 113, temos:

- Não apresenta o último algarismo par e, por isso, não é divisível por 2;
- A soma dos seus algarismos ($1+1+3 = 5$) não é um número divisível por 3;
- Não termina em 0 ou 5, portanto não é divisível por 5.

Como vimos, 113 não é divisível por 2, 3 e 5. Agora, resta saber se é divisível pelos números primos menores que ele utilizando a operação de divisão.

Divisão pelo número primo 7:

$$\begin{array}{r} \text{dividendo} \rightarrow 113 \quad | \quad \underline{7} \quad \leftarrow \text{divisor} \\ \quad \quad \quad - 7 \quad 16 \quad \leftarrow \text{quociente} \\ \quad \quad \quad \quad \quad 43 \\ \quad \quad \quad \quad \quad - 42 \\ \text{resto} \rightarrow \quad \quad \quad 1 \end{array}$$

Divisão pelo número primo 11:

$$\begin{array}{r} \text{dividendo} \rightarrow 113 \quad | \quad \underline{11} \quad \leftarrow \text{divisor} \\ \quad \quad \quad - 11 \quad 10 \quad \leftarrow \text{quociente} \\ \text{resto} \rightarrow \quad \quad \quad 03 \end{array}$$

Observe que chegamos a uma divisão não exata cujo quociente é menor que o divisor. Isso comprova que o número 113 é primo.

Representação Fracionária dos Números Decimais

1º caso) Se for exato, conseguimos sempre transformar com o denominador seguido de zeros.

O número de zeros depende da casa decimal. Para uma casa, um zero (10) para duas casas, dois zeros(100) e assim por diante.

$$0,3 = \frac{3}{10}$$

$$0,03 = \frac{3}{100}$$

$$0,003 = \frac{3}{1000}$$

$$3,3 = \frac{33}{10}$$

ORIENTAÇÃO À MANUTENÇÃO DA ORDEM E DA OBSERVÂNCIA DAS NORMAS DA ESCOLA E DE TRÂNSITO

Todas as instituições escolares necessitam de uma série de normas para que haja ordem no processo de ensino. Estas normas estão expressas no regulamento escolar.

A ideia fundamental de qualquer regulamento escolar é estabelecer o que é permitido e, sobretudo, o que está proibido em relação ao comportamento de professores e alunos.

Base para o bom funcionamento de uma comunidade

O regulamento escolar é um documento que especifica com detalhes o regime interno que deve ser seguido pelo conjunto de uma comunidade educativa. Há uma série de aspectos que devem ser respeitados nesse tipo de documento: o cumprimento dos horários pré-estabelecidos, quais as condutas não são admissíveis e suas sanções correspondentes, normas de higiene, assim como regras de comportamento geral entre a relação professor x aluno.

Finalidade do regulamento escolar

O regulamento escolar não é simplesmente um conjunto de proibições, mas devem ter um propósito educativo e formativo. Por este motivo, os regulamentos devem ser conhecidos pelos alunos para obedecer a seus professores. O aluno deve entender que o regulamento é algo positivo e que não se trata de um regime sancionador. O respeito ao regulamento escolar determina que os limites éticos de comportamento individual devam ser assumidos. Se os limites são vulnerados ou não são respeitados há uma série de consequências que devem ser acatadas. O descumprimento do regulamento estabelecerá uma atividade acadêmica com muitas dificuldades e uma educação sem valores. De qualquer forma, este tipo de regulamento deve adequar-se à idade dos alunos, pois a ideia de respeitar uma norma é muito diferente de uma criança com 6 anos do que um adolescente de 15 anos.

Mudanças de época, a evolução nos conceitos da educação, o respeito e os direitos

Ao longo da história os regulamentos escolares passaram por mudanças. No passado era comum o castigo físico e uma disciplina rígida, já na atualidade as normas pretendem evitar situações indesejáveis como o bullying escolar ou a falta de respeito aos professores.

Do ponto de vista social, há um debate sobre qual deve ser o tipo de regulamento escolar. Pode-se dizer que há duas posições: uns defendem que o regulamento deve ser rígido tanto em seu conteúdo como em sua aplicação, por outro lado, outros consideram que os regulamentos devem ser mais flexíveis e sua aplicação prática tem que adaptar-se às circunstâncias de cada contexto acadêmico.

Consequentemente, há dois tipos de metodologia educativa vinculadas aos regulamentos escolares. A mais estrita enfatiza os elementos sancionadores e a mais tolerante considera que a ideia de proibição deve ser substituída pela prevenção e pelo diálogo.

SEGURANÇA NO TRÂNSITO

COMO EVITAR ACIDENTES

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (Norma 10697/89) acidente de trânsito é “Todo evento não premeditado de que resulte dano em veículo ou na sua carga e/ou lesões em pessoas e/ou animais, em que pelo menos uma das partes está em movimento nas vias terrestres ou áreas abertas ao público.

Pode originar-se, terminar ou envolver veículo parcialmente na via pública”.

Classificação dos Acidentes

Todo acidente de trânsito pode ser classificado em evitável e inevitável.

a) Acidente evitável: é aquele em que alguém deixou de fazer algo que poderia ter feito para evitá-lo.

Exemplos: Acidentes causados por não se considerar a distância de seguimento (segurança), causados pelo mau estado de conservação do veículo, por um buraco na via, por condutor alcoolizado ou que fez uso de substância entorpecente.

b) Acidente inevitável: é aquele que acontece mesmo com todos os cuidados indispensáveis para um trânsito seguro. Tem como causa os efeitos da natureza, do tipo fenômenos CATASTRÓFICOS. Muitas pessoas acham que por se prever tal acontecimento este também seria considerado evitável, no entanto existe uma grande diferença entre prever e evitar que tal acontecimento ocorra. Prever é no campo da suposição e evitar é no campo da ação. Exemplos: Acidentes causados em função de fenômenos da natureza (terremotos, maremotos, tsunamis, tempestades, furacões).

Fatores causadores de acidentes

Podem estar relacionados às falhas humanas e às falhas mecânicas dos veículos. O clima, as vias e o trânsito também são responsáveis para que ocorram acidentes de trânsito. Entre os fatores causadores de acidentes relacionados às falhas humanas, podemos destacar a negligência, a imprudência e a imperícia.

a) Negligência: É a falta de cuidado, descaso ou desleixo do condutor, em situações que ele deixa de fazer algo, apesar de capaz e em condições de fazê-lo. Exemplo: conduzir veículo que apresente equipamento obrigatório inoperante.

b) Imprudência: É não tomar o devido cuidado, é o comportamento arriscado, de precipitação, no qual o condutor viola a legislação de trânsito e as normas de boa conduta, colocando a si e os demais usuários da via em risco. Exemplo: trafegar a uma velocidade de 100Km/h em uma via de 40Km/h, avançar o sinal vermelho, entre outras.

c) Imperícia: é a incapacidade, a falta de habilidade específica na condução de um veículo, levada pela inexperiência/falta de domínio em certas situações no trânsito. Exemplo: não conseguir manter o veículo parado em um acive (controle de embreagem), estando o trânsito congestionado.

É importante entender que essas falhas, isoladas ou combinadas entre si, estão presentes na maioria dos acidentes de trânsito e, por isso, devem ser evitadas, de modo que pratiquemos atitudes que protejam a vida.

Método básico de prevenção de acidentes

Tão importante quanto conhecer as condições adversas e entender os fatores causadores de acidentes, é aplicá-los com intuito de evitar os acidentes de trânsito. Para isso, é de suma importância respeitar as leis de trânsito e fazer uso das normas de segurança, utilizando o método básico de prevenção de acidentes.

Esse método é uma estratégia para evitar ou minimizar a gravidade dos acidentes. Vale ressaltar que as ações devem ser tomadas em um curto período de tempo e consistem em três momentos distintos.

- Ver, identificar o perigo: estar atento e se antecipar é primordial para se evitar um acidente. Se o condutor não visualizar os acontecimentos no trânsito, não terá tempo hábil para tomar uma atitude.

- Pensar, analisar o cenário: verificar quais possíveis alternativas para evitar o acidente. Na maioria das vezes, os acidentes resultam de um erro do motorista. O mesmo erro que produz um acidente leve pode causar um acidente fatal. A gravidade é determinada por uma atitude errada ou mal pensada.

- Agir, tomar uma atitude: uma vez detectado o perigo e qual atitude deverá ser tomada, é hora de agir. Tenha confiança e execute a ação desejada. Lembre-se de que “esperar e ver no que dá” pode não ser uma boa ideia.

Grande parte dos acidentes ocorre porque os motoristas, mesmo percebendo o perigo, esperam que o outro envolvido na situação tome as providências. Sendo assim, aja de forma consciente e decidida, demonstre qual atitude irá tomar.

SITUAÇÕES DE RISCO

O trânsito é feito pelas pessoas e, como nas outras atividades humanas, ele nos impõem cuidados específicos para uma melhor convivência social.

As atitudes necessárias para um convívio harmônico entre condutores e pedestres estão diretamente ligadas ao cumprimento e ao respeito à legislação de trânsito, da qual derivam os direitos e deveres dos usuários desse sistema. Essas normatizações têm um papel fundamental na segurança do trânsito, são elas que especificam os equipamentos de segurança obrigatórios nos veículos, os componentes que devem ser utilizados em cada situação e as atitudes dos condutores.

É fato que muitas atividades humanas envolvem riscos, em maior ou menor grau, seja em casa, no trabalho ou no trânsito. No entanto, é possível reduzi-los com a adoção de atitudes e equipamentos corretos.

O condutor defensivo está sempre atento e procura utilizar, de acordo com a situação, os equipamentos que o próprio Código de Trânsito Brasileiro estipula como obrigatórios.

Cinto de segurança

Assim como o capacete é destinado para um pedreiro, os óculos para um soldador ou a luva para um médico, o cinto de segurança é um equipamento obrigatório para os ocupantes de um veículo.

A função do cinto de segurança é evitar que a pessoa seja projetada contra as partes fixas do automóvel ou mesmo para fora do veículo. Testes de colisão mostram que batidas a apenas 20 Km/h já podem ocasionar a morte de quem não o utiliza.

Por isso, os cintos de segurança devem ser utilizados por todos os ocupantes de um automóvel, independente de seu uso ser obrigatório por lei.

Para maior segurança, faça sempre uma inspeção dos cintos de segurança:

- verifique se os cintos não têm cortes, para não se romperem numa emergência;
- confira se não existem dobras que impeçam a perfeita elasticidade;
- teste o travamento para ver se está funcionando perfeitamente;
- verifique se os cintos dos bancos traseiros estão disponíveis para serem utilizados por todos os ocupantes.

Uso correto do cinto de segurança: ajuste firmemente ao corpo, sem deixar folgas;

- a faixa superior não deverá ficar muito acima ou abaixo do ombro, tendo em vista que pode prejudicar na condução;
- a faixa inferior deverá ficar abaixo do abdome, sobretudo para as gestantes.

Assentos próprios para crianças

As crianças devem utilizar o assento de acordo com a idade/peso/altura. Em 2008 o Conselho Nacional de Trânsito – Contran estabeleceu o modo como as crianças devem ser transportadas (Vide Resolução nº 277/08 - Contran), passando a ser obrigatório o uso dos equipamentos de segurança a partir de 1º de setembro de 2010. É importante que os condutores entendam que, da mesma forma que o cinto de segurança, o assento próprio para criança é um item de segurança muito eficaz, sendo imprescindível seu uso independente da obrigatoriedade.

Não basta a criança utilizar uma cadeira apropriada, esta deve ser certificada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.

a) Bebê conforto ou conversível

As crianças com até um ano de idade deverão utilizar, obrigatoriamente, o dispositivo de retenção denominado “bebê conforto ou conversível”.

Peso e Idade – Desde o nascimento até 13 Kg, conforme recomendação do fabricante, ou até 1 ano de idade.

Posição – Voltada para o vidro traseiro, com leve inclinação, conforme instruções do fabricante, sempre no banco de trás.

b) Cadeira de segurança

As crianças com idade superior a um ano e inferior ou igual a quatro anos deverão utilizar, obrigatoriamente, o dispositivo de retenção denominado “cadeirinha”.

Peso e Idade – De 9 a 18 Kg aproximadamente, de 1 a 4 anos de idade.

Posição – Voltada para frente, na posição vertical, no banco de trás.

c) Assento de elevação

As crianças com idade superior a quatro anos e inferior ou igual a sete anos e meio deverão utilizar o dispositivo de retenção denominado “assento de elevação”.

Peso e Idade - De 18 até 36 Kg aproximadamente, de 4 a 7 anos e meio de idade.

Posição - No banco traseiro com cinto de três pontos. (Vide Resolução nº 391/11 - Contran, quanto ao uso do “BOOSTER”).